



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE ITAITUBA – LTDA
FACULDADE DE ITAITUBA – FAI
CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

RICARDO ALVES ALCANTARA

**A INFORMAÇÃO CONTÁBIL COMO FERRAMENTA DE GESTÃO AO
PRODUTOR RURAL: Vantagens da Inscrição na Secretaria da Fazenda do
Estado do Pará**

Itaituba - PA

2023

RICARDO ALVES ALCANTARA

**A INFORMAÇÃO CONTÁBIL COMO FERRAMENTA DE GESTÃO AO
PRODUTOR RURAL: Vantagens da Inscrição na Secretaria da Fazenda do
Estado do Pará**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Faculdade de Itaituba para obtenção do título de
Bacharel em Contabilidade.

Orientadora: Prof.^a Esp. Karla Santos da Silva Lizardo.

Itaituba - PA

2023

Alcântara, Ricardo Alves.

A INFORMAÇÃO CONTÁBIL COMO FERRAMENTA DE GESTÃO AO PRODUTOR RURAL: Vantagens da Inscrição na Secretaria da Fazenda do Estado do Pará / Ricardo Alves Alcântara. Itaituba: FAI, 2023.

48 f.: il.

Orientadora: Karla Santos da Silva Lizardo, Esp.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade de Itaituba, 2022.

1. Formabilidade. 2. Governo. I. Lizardo, Karla Santos da Silva. III. Faculdade de Itaituba. Itaituba, BR-PA, 2023.

RICARDO ALVES ALCANTARA

**A INFORMAÇÃO CONTÁBIL COMO FERRAMENTA DE GESTÃO AO
PRODUTOR RURAL: Vantagens da Inscrição na Secretaria da Fazenda do
Estado do Pará**

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____ Nota: _____
Prof.^a Karla Santos da Silva Lizardo, Esp.

Avaliador: _____ Nota: _____
Prof. Nome, Titulação

Avaliador: _____ Nota: _____
Prof. Nome, Titulação

Resultado: _____ Nota: _____

Data: ____ de Abril de 2023.

*A meu Pai **José** e minha Mãe **Rosivane** que
sempre estiveram ao meu lado para que eu pudesse
chegar a essa conquista que também é deles.*

AGRADECIMENTOS

O Desenvolvimento deste Trabalho de Conclusão de Curso contou com a ajuda de diversas pessoas, dentre as quais agradeço:

A Deus por sempre ter me dado forças, saúde e perseverança para não desistir. E por ser a base de minhas conquistas e sempre ter me dado sabedoria.

Aos meus pais Rosivane e Jose, que me incentivaram a cada momento e não permitiram que eu desistisse.

Aos professores orientadores, que durante esses meses me acompanharam, dando auxílio necessário para a elaboração.

Aos professores do curso de Contabilidade que através dos seus ensinamentos permitiram hoje estar aqui concluindo este trabalho.

A todos que participaram da pesquisa, pela disposição no processo de obtenção de dados.

Aos meus amigos, pela compreensão das ausências e pelo afastamento temporário.

*“o mais gratificante disso tudo é que
todo trabalho realizado em prol do
agricultor gera mudanças, muitas
vezes, significativa no destino da
propriedade e da atividade.
E o produtor se torna eternamente
Grato pelo conhecimento/ajuda.”*

Leonardo Ferreira

RESUMO

O estudo busca analisar a gestão da propriedade em estudo e incentivar o uso de práticas contábeis de acordo com a atividade da propriedade, avaliando os resultados para melhorar a tomada de decisão. A análise de dados foi realizada através de formulário com perguntas abertas com produtores rurais que estão cadastrados na Secretaria da Fazenda do Estado do Pará (SEFAZ/PA), no 1º (primeiro) semestre de 2023. A pesquisa foi aplicada a 10 (dez) aos produtores rurais que estão cadastrados no sistema da Secretária da Fazenda do Estado do Pará (SEFAZ/PA). Os resultados demonstram a realização deste estudo, pôde-se perceber que o governo instituiu a SEFAZ para ajudar aqueles trabalhadores que atuavam na informalidade e não conseguiam avistar uma maneira de legalizar seus negócios, devido a complexidade, o controle, além da carga tributária exigida para as empresas tributadas normalmente, analisando as perguntas do questionário uma questão se destacam mais em relação as dificuldades encontradas podem estar relacionadas com o grau de instrução dos trabalhadores formalizados. Como demonstrado neste estudo, 0,4% (zero vírgula quatro por cento) da amostra possui apenas o ensino fundamental. Diante do exposto neste trabalho, percebe-se que são muitos os desafios para formalizar os trabalhadores que atuam durante tanto tempo na informalidade, porém, agindo de forma conscientizada, a SEFAZ é uma ótima oportunidade para que estes trabalhadores se profissionalizem e progridam nas suas atividades.

Palavras-chave: Formabilidade. Trabalhadores. Governo.

ABSTRACT

The study seeks to analyze the management of the property under study and encourage the use of accounting practices according to the activity of the property, evaluating the results to improve decision making.. Data analysis was carried out using a form with open questions with producers farmers who are registered with the Secretariat of Finance of the State of Pará (SEFAZ/PA), in the 1st (first) half of 2023. The survey was applied to 10 (ten) rural producers who are registered in the system of the Secretary of State of Finance do Pará (SEFAZ/PA). The results demonstrate the realization of this study, it could be seen that the government instituted the SEFAZ to help those workers who worked in the informality and could not see a way to legalize their businesses, due to the complexity, the control, in addition to the tax burden required to companies that are normally taxed, analyzing the questions in the questionnaire, one question stands out more in relation to the difficulties encountered, which may be related to the level of education of formalized workers. As demonstrated in this study, 0.4% (zero point four percent) of the sample has only elementary education. In light of what was exposed in this work, it is clear that there are many challenges to formalize the workers who work for so long in informality, however, acting in a conscientious way, SEFAZ is a great opportunity for these workers to become professional and progress in their activities. .

Keywords: Formability. Workers. Government.

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Tabela 1 – Perfil sociodemográficos dos entrevistados. Fonte: Dados da pesquisa (2023).....	31
---	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Resultados Percentuais obtidos por entrevista: Quanto tempo atua na produção agropecuária? Fonte: Dados da Pesquisa (2023).....	32
Gráfico 2 – Resultados Percentuais obtidos por entrevista: É associado em alguma cooperativa? Fonte: Dados da Pesquisa (2023).....	33
Gráfico 3 – Resultados Percentuais obtidos por entrevista: Sua renda financeira é obtida somente no setor agropecuário? Fonte: Dados da Pesquisa (2023).....	34
Gráfico 4 – Resultados Percentuais obtidos por entrevista: Ao buscar atendimento na SEFAZ. Fonte: Dados da Pesquisa (2023).....	35
Gráfico 5 – Resultados Percentuais obtidos por entrevista: Qual dos benefícios abaixo foi à principal motivação para a formalização de cadastro na SEFAZ? Fonte: Dados da Pesquisa (2023).....	36
Gráfico 6 – Resultados Percentuais obtidos por entrevista: Você já trabalhava nesta atividade anteriormente à formalização do cadastro na SEFAZ? Fonte: Dados da Pesquisa (2023).....	37
Gráfico 7 – Resultados Percentuais obtidos por entrevista: Após conhecer os benefícios garantidos em lei, algum não atendeu as suas expectativas? Fonte: Dados da Pesquisa (2023).....	38

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEPEA –	Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada
CNS –	Comitê de Ética em Pesquisa
CRC –	Conselho Regional de Contabilidade
DFC –	Demonstração de Fluxo de Caixa
DRE –	Demonstração do Resultado do Exercício
ICMS –	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
MS –	Ministério da Saúde
PIB –	Produto Interno Bruto
PL –	Patrimônio Líquido
RICMS –	Regulamento Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
SEFAZ/PA –	Secretaria do Estado da Fazenda do Governo do Pará
SIG –	Sistema de Informação Gerencial
SNCR –	Sistema Nacional de Crédito Rural
SPT –	Sistemas de Processamento de Transações
TCLE –	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 FUNDAMENTAÇÃO TÉORICA	14
2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA AGROPECUÁRIA NO BRASIL.....	14
2.2 CONTABILIDADE RURAL	16
2.2.1 Levantamento patrimonial.....	17
2.2.2 Especificar a atividade.....	19
2.2.3 Elaboração do fluxo de caixa	20
2.2.4 Software de gestão agrícola.....	21
2.3 MODERNIZAÇÃO NA CONTABILIDADE RURAL	22
2.4 GESTÃO CONTÁBIL RURAL	24
2.4.1 Sistema de informação	24
2.4.2 Planejamento e controle.....	24
2.4.3 Análises estatísticas	25
2.5 INSCRIÇÃO NA SECRETARIA DA FAZENDA ESTADUAL	27
2.5.1 Inscrição estadual para o produtor rural.....	27
2.5.2 Principais vantagens da inscrição estadual para o produtor rural.....	28
3 METODOLOGIA	29
3.1 TIPO DE PESQUISA.....	29
3.2 INSTRUMENTO DE COLETA.....	29
3.3 ANÁLISE DE DADOS.....	30
3.4 ANÁLISES DOS RISCOS E BENEFÍCIOS	30
3.5 ASPECTOS ÉTICOS.....	30
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	31
CONCLUSÃO	38
REFERÊNCIAS.....	40

1 INTRODUÇÃO

A atividade agropecuária começou a se desenvolver quando o homem percebeu que as sementes ao cair germinavam e também na mesma época passa domesticar os animais. Após o desenvolvimento da atividade agropecuária, o homem começa a se fixar em um lugar, passando a ser sedentário, iniciando a formação de comunidades, e diversos sistemas de organização. Com isso é necessário a criação de métodos e sistemas para que haja o crescimento de forma sustentável.

O presente trabalho tem como questões norteadora: A Contabilidade gerencial voltada para a atividade agropecuária pode auxiliar um Produtor Rural a tomar decisões, nesse contexto, como a contabilidade atua em uma propriedade rural? De que forma a Contabilidade pode ser utilizada para a gestão da propriedade? Como a Secretaria da Fazenda do Estado pode trazer vantagens ao produtor rural?

Tem-se como objetivo geral apresentar de que forma a contabilidade rural pode contribuir para a tomadas de decisão e gestão de uma propriedade rural. Como Objetivos específicos identifica-se: Incentivar o uso de práticas contábeis de acordo com a atividade da propriedade; Avaliar os resultados para melhorar a tomada de decisão; Entender o receio dos produtores quanto a inscrição na Secretaria da Fazenda do Estado do Pará .

A pesquisa torna-se viável devido a inexistência de assuntos relacionados ao tema. Ressaltando a importância do tema para o pesquisador devido a sua pretensão de atuar nesta área. Estabelecendo a contribuição da contabilidade para a área rural à quem trabalha de forma leiga sob o entendimento contábil, destacando sua utilidade para as tomadas de decisão.

A ideia é, a partir desse fato, analisar a evolução dessa atividade e, por conseguinte, do setor agrário, até se tornarem esta grande e modernizada locomotiva que atualmente é uma das principais no que se refere ao desenvolvimento do país.

Em conjunto, partindo desta análise, também é observado o surgimento dos dispositivos legais que tinham por objetivo, regulamentar a referida atividade agrária, os quais se fazem completamente atrelados ao crescimento e desenvolvimento de determinado setor, haja vista que conforme ocorria seu crescimento e sua modernização, se faziam necessários novos meios de se reger tal feito.

Dessa forma esta pesquisa justifica-se pela necessidade do produtor rural acompanhar o grande desenvolvimento do agronegócio, gerando então sustentabilidade do seu negócio junto ao mercado.

Desta forma, almeja-se conhecer quais os benefícios que estão levando os trabalhadores que atuaram durante muitos anos na informalidade a buscar a legalização, ou até mesmo aqueles trabalhadores que vêm na SAFAZ/PA a oportunidade de abrir seu próprio negócio.

Dentre os benefícios oferecidos ao Empreendedor Individual estão os direitos previdenciários, a baixa burocratização, isenção de taxas, possibilidade de emissão de nota fiscal, acesso a créditos e financiamentos bancários, redução da carga tributária, acessória gratuita, entre outros. Sendo realizado um levantamento de alguns benefícios, os quais são objeto de estudo para, de acordo com a pesquisa realizada neste trabalho, conseguir apontar quais os principais benefícios estão motivando a procura de legalização por parte dos trabalhadores informais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA AGROPECUÁRIA NO BRASIL

Dentro desse processo de evolução houve fatores como a revogação da Primeira parte do Código Comercial Brasileiro de 1850, que inclui quaisquer exercício de atividade econômica organizada para a produção ou circulação de bens ou serviços. Incluindo então o Produtor rural como empresário quando inscrito na junta comercial, não se inscrevendo é considerado Produtor Rural Autônomo.

O Governo tem influência também sobre o grande desenvolvimento da atividade agropecuária no Brasil, com os incentivos em linhas de créditos para investimentos e financiamentos de projetos, que tem como principal objetivo incentivar a expansão da atividade. O crédito rural brasileiro foi institucionalizado pela Lei nº 4829/1965 que criou o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), e desde 1969 financia a expansão da atividade agrícola brasileira.

Os produtores rurais brasileiros mostram diariamente sua competência na produção de alimentos e na preservação ambiental. Com a eficiência da nossa agropecuária, o Brasil colhe sucessivos bons resultados na economia. O setor é o responsável por um terço do Produto Interno Bruto (PIB), um terço dos empregos gerados no país em 2021 confirma dados do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA) (BRASIL, 2019).

A história agrícola do Brasil é ofuscada pelo menos até meados do século XX. XIX, com a própria história do país. No mesmo sentido, esta história insere-se na expansão do mercado mundial, que é por ele determinada e, em certa medida, intervém nos processos socioeconômicos dos países metropolitanos.

No Brasil, antes da chegada dos portugueses, os povos indígenas que viviam no litoral comiam principalmente peixes e mariscos, abundantes na costa brasileira. Fósseis chamados montes de conchas foram formados a partir desses restos de comida. Além disso, comiam raízes (mandioca, inhame) e caçavam pequenos animais perto da Mata Atlântica (OLIVETTO, 2015).

Os colonos europeus destruíram a vegetação da costa brasileira desde o século XVI, iniciando a exportação de madeira brasileira. Mais tarde, desenvolveu-se a agricultura com cultivos exportáveis ("plantações") como a cana-de-açúcar, seguida da pecuária extensiva que passou pela corrida do ouro para ter acesso ao café. Toda

a economia era voltada para a exportação. Um continente com terras inexploradas por milhões de anos seria muito fértil para qualquer tipo de uso agrícola .

Em meados dos séculos XVIII e XIX, após o crescimento constante de uma importante cultura de exportação (a cana-de-açúcar), mesclada com a expansão do café pelas serras e vales do interior da província do Rio de Janeiro, havia sinais claros de que a agricultura brasileira atravessava uma profunda crise. O motivo da crise foi principalmente a falta de armas (devido ao fim da escravidão) e de capital, além de atrasos técnicos e administrativos no manejo das lavouras.

Uma forma de contar a história da terra são os ciclos agrícolas que se sucederam na terra onde tudo se planta. Da extração primitiva de madeira brasileira nos primórdios da colonização ao empreendimento agrícola moderno, cada ciclo criou sua própria civilização brasileira. Quase todas elas se caracterizavam pelo fato de terem sido construídas sobre monoculturas e quase sempre movidas por bolhas artificiais de demandas externas que, quando estouradas, quebravam os agricultores do país (MARION, 2014).

Isso foi feito sucessivamente com pau-brasil, cana-de-açúcar e café. “Esta realidade repentina, instável e imprevisível sempre teve uma força destrutiva que desestabiliza toda a economia nacional”, Braudel escreveu em conclusão: “Os países latino-americanos só podem quebrar a condenação desses ciclos combinando agricultura, pesquisa, maquinaria e um guia a grandes investimentos” (SENAR, 2012, p. 12).

A maioria dos latifundiários acreditava na exploração em larga escala dos sistemas de produção por meio da expansão das fronteiras agrícolas, abandonando as lavouras atuais quando já não apresentavam produtividade satisfatória e partindo em busca de novas áreas, reiniciando o ciclo de exploração da fertilidade do solo, que era Brasileiro. Uma cultura nômade de expropriação de terras, com pouca atenção às consequências negativas das práticas agrícolas utilizadas, principalmente em relação ao desmatamento. Da década de 1970 até meados da década de 1980, ocorreram mudanças na agricultura brasileira. A introdução de ocupação, tecnologia e questões sociais no meio rural, isso se deu principalmente pela introdução de instrumentos políticos como o crédito rural subsidiado, o crédito rural e a garantia rural preços mínimos, assistência técnica e pesquisa (OLIVETTO, 2015).

Em seu discurso de posse em março de 1979, o Presidente Figueiredo declarou a agricultura o principal setor de desenvolvimento na estratégia econômica do novo

governo. Posteriormente, as autoridades econômicas desse novo governo, principalmente por meio do ministro Delfim Neto, voltaram a enfatizar esse tom do presidente e definiram de forma mais ampla os setores prioritários: exportação, energia e agricultura.

2.2 CONTABILIDADE RURAL

Para Marion (2014, p. 6), "empresas rurais são aquelas em que exploram a capacidade produtiva do solo por meio do cultivo da terra, da criação de animais e da transformação de determinados produtos agrícolas". Para um produtor rural ser considerado empresário rural, é necessário que o mesmo esteja inscrito na junta comercial, caso contrário será um produtor rural autônomo.

A contabilidade pode ser estudada de modo geral ou particular, quando estudada de forma genérica, é denominada contabilidade geral ou contabilidade financeira. Quando aplicada a um ramo específico, é denominada de acordo com aquele ramo. Assim temos como exemplo, contabilidade agrícola, contabilidade rural, contabilidade zootécnica, contabilidade da pecuária, contabilidade agropecuária, contabilidade agroindustrial. (MARION, 2014)

Assim como afirma Marion (2014), a Ciência Contábil pode ser aplicada vários ramos de acordo com a necessidade, e de acordo com os fatores de produção e o produto final, quando aplicada de forma geral é estudada de forma genérica.

Sendo específico Crepaldi (2009, p. 54) conceitua "Contabilidade Rural como um instrumento da função administrativa". Quando é estudado a Contabilidade Rural também é necessário conceituar a Administração Rural, para o Senar (2012, p. 32) "é a ciência que trata do gerenciamento das propriedades rurais, visando o desenvolvimento e o atendimento dos objetivos das famílias e das pessoas que nelas trabalham".

Em prática a contabilidade rural deve exercida juntamente com a administração rural pois as duas trazem conceitos que confirmam essa informação, pois tem por objetivo conhecer o patrimônio e a forma de utilização para a viabilização da lucratividade no negócio.

É preciso que um Contabilista participe de toda a produção, desde colheita até a venda ou exportação, se houver, para assim fazer a contabilização dos dados, para saber a receita. E no caso de animais é necessário saber todos os custos desde o

nascimento até o abate. Porém em caso de animais matrizes Oliveira (2010) afirma que os animais do permanente não recebem custos, é como se fossem máquinas cujo produto final é o bezerro.

Na Contabilidade Rural também entra a Contabilidade de Ativos Biológicos que se refere a tudo aquilo que nasce, cresce e morre desde culturas temporárias e permanentes até os animais, de rebanho de reprodução e corte.

Dentro da Contabilidade rural deve-se também analisar a depreciação, exaustão e amortização. Ocorre a depreciação da produção em culturas agrícolas, implementos agrícola (tratores, máquinas,...) e na pecuária. Em cada uma ocorre de forma individual (RIBEIRO, 2014).

Referente a fluxo de caixa de produção rural MARION (2014) afirma a maioria dos agropecuaristas, utilizam o método de que o resultado (lucro) é obtido subtraindo das vendas recebidas as despesas pagas.

Acréscimos nos estoques agropecuários resultantes da atividade operacional, como é o caso do crescimento do gado ou da plantação, não são considerados ganhos pelo método mostrado acima, mas a acumulação de novas compras de insumos, como fertilizantes e outros, é considerada uma despesa do ano a partir do momento em que eles são pagos. Portanto, despesas como depreciação de prédios máquinas, produtos consumidos pela família, etc., não são consideradas como tal, pois não representam um efetivo desembolso de caixa. (MARION,2014).

Cuidar do patrimônio é essencial quando o assunto é propriedade rural, mas é comum ser utilizado apenas em grandes negócios podendo ser adaptado para os demais produtores para que assim obtenham controle contábil de sua atividade (MIRANDA; DINIZ, 2014).

Sabendo dessa importância é crucial que o produtor siga etapas para iniciar a administração de sua propriedade:

2.2.1 Levantamento patrimonial

Para analisar quais são os ativos (bens e direitos) e quais são os passivos (obrigações). Onde é possível identificar o equilíbrio da empresa entre seu patrimônio e suas obrigações.

O Balanço Patrimonial, de acordo com Yamamoto, Paccez e Malacrida (2011), apresenta a posição patrimonial e financeira da empresa em determinado momento,

ou seja, sua informação é estática. Mas informações relevantes podem ser extraídas de seus grupos de contas e, para Matarazzo (2010), põem em evidência as fontes e aplicações de recursos.

Conforme Santos e Barros (2013), os grupos de contas do Balanço Patrimonial são Ativo Circulante, Ativo Não Circulante (composto por ativo realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível), Passivo Circulante, Passivo Não Circulante e Patrimônio Líquido (PL).

Segundo Padoveze (2014), o ativo representa todas as aplicações de recursos dentro de uma empresa, enquanto o passivo representa todas as fontes de recursos que entraram na empresa, podendo ser de recursos próprios ou de terceiros.

Na visão de Martins, Miranda e Diniz (2014), o ativo deve atender a quatro requisitos simultaneamente: constituir bem ou direito da empresa, ser de propriedade, posse ou controle da entidade, ser mensurável e trazer benefícios futuros, sendo as contas dispostas em ordem decrescente de grau de liquidez.

O ativo circulante, também denominado capital de giro ou capital circulante, é composto pelos bens e direitos que estão em frequente circulação no patrimônio. Basicamente, de acordo com Ribeiro (2014), são valores realizados ou que serão realizados até o término do exercício social subsequente. São subdivididos em disponibilidades, clientes, outros créditos, impostos a recuperar, investimentos de curto prazo e estoques.

Um ativo não circulante são bens ou direitos não classificados no ativo circulante. Subdividem-se, nos conceitos de Hoji (2014), em ativo realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível.

O ativo realizável a longo prazo é, segundo Martins, Miranda e Diniz (2014), composto por direitos realizáveis após o término do exercício social seguinte. Investimentos têm como característica não destinar a atividade operacional da empresa, podendo ser participações em outras entidades, terrenos e imóveis para aluguel.

No ativo permanente serão classificados direitos que tenham por objeto “bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da empresa ou exercidos com essa finalidade” (SILVA, 2010, p. 43).

O ativo intangível, conforme Ferrari (2012), é composto pelos bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia, inclusive o fundo de comércio adquirido (ágio por expectativa de rentabilidade futura ou goodwill).

O passivo é a parte do balanço patrimonial que evidencia “as obrigações, que são dívidas da empresa com terceiros e o patrimônio líquido, que são dívidas da empresa para com seus titulares” (RIBEIRO, 2014, p. 49).

Complementando, Silva (2010) cita que o passivo são obrigações derivadas de eventos passados, cuja liquidação se espera benefícios econômicos futuros. No passivo, as contas são dispostas em ordem decrescente do grau de exigibilidade.

De acordo com Hoji (2014), no passivo circulante estão as obrigações exigíveis a curto prazo, ou seja, as que vencem até o fim do exercício social do exercício social seguinte. São subdivididas em empréstimos e financiamentos, fornecedores, obrigações fiscais, outras obrigações e provisões.

Semelhante ao ativo, o passivo não circulante, para Ferrari (2012), é composto por obrigações exigíveis a vencer após o fim do exercício subsequente.

Ainda dentro do passivo, o patrimônio líquido é “o conjunto de valores não circulantes que representam a contribuição dos sócios para a formação de recursos próprios” (SÁ, 2010, p. 63).

Silva (2010) cita que o PL se constitui pelo valor residual dos ativos da entidade, depois de deduzidos todos os seus passivos. Subdividem-se em capital social, reservas, lucros ou prejuízos acumulados.

O balanço patrimonial apresenta como característica a igualdade entre o ativo e a soma do passivo mais PL, demonstrando “eventos que provocam alterações na situação patrimonial da empresa, em função das operações por ela realizadas” (YAMAMOTO; PACCEZ; MALACRIDA, 2011, p. 20).

Outra demonstração a ser apresentada pelas empresas é a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, que destaca, de acordo com Ferrari (2012), as alterações qualitativas e quantitativas ocorridas no Patrimônio Líquido.

2.2.2 Especificar a atividade

Para que seja possível fazer a contabilidade de acordo com a realidade, porque a atividade agropecuária é dividida em culturas temporária, permanentes e pecuária. E por isso são contabilizadas de diferentes maneiras.

Responsável pelo alimento in natura há séculos, o pequeno produtor rural desenvolve um papel de importância na sociedade no processo de produção de 17 alimentos naturais. Esse processo passou do consumo próprio para a principal fonte

de rendimentos econômicos desse grupo, uma vez que a produção começou a ser comercializada objetivando o lucro, como ressaltam Zuin e Zuin (2017).

A comercialização também acabou elevando o trabalhador da terra de pequeno agricultor para produtor rural. Para o Regulamento do ICMS do Estado do Pará – RICMS/PA Decreto nº 4676/2001 o produtor rural é toda pessoa proprietária, arrendatária, comodatária ou possuidora de imóvel rural onde pratique atividade de agricultura, criação de animais ou extração vegetal, animal ou mineral, com ou sem fins comerciais. Se o produtor for equiparado à Pessoa Jurídica ou industrial terá a obrigação de se cadastrar formalmente junto à Secretaria do Estado da Fazenda do Governo do Pará - SEFA e comercializar suas mercadorias com a emissão própria de Notas Fiscais, de acordo com o art. 541 do RICMS/PA.

Evidencia-se, portanto, que o produtor rural e a atividade rural são regulamentados por órgãos tanto estaduais através dos regulamentos ICMS quanto federais, pois dependendo da atividade que pratique, o produtor precisará se regulamentar em órgãos específicos, como é o caso do pescador profissional (ZUIN, ZUIN, 2017).

A carga tributária é um importante índice a ser verificado para a viabilidade de um negócio, pois é sabido, que o tributo brasileiro sobre as operações é um processo oneroso e complexo, pois há diversas mudanças e dificuldade de clareza e compreensão dos textos das leis tributárias, por isso é necessário um gerenciamento e um bom planejamento para utilizar os benefícios tributários a favor do negócio, principalmente para o produtor rural, que teoricamente possui muitos benefícios fiscais em relação ao seu empreendimento (ZUIN, ZUIN, 2017).

2.2.3 Elaboração do fluxo de caixa

É importante pois será essa análise que irá identificar as entradas e saídas financeiras que a sua atividade agropecuária está gerando.

Com essa ferramenta conseguirá o saldo que tem disponível, o capital de giro.

De acordo com Marion (2010), a DFC evidencia as modificações ocorridas no saldo de disponibilidades da empresa em determinado período, por meio de recebimentos e pagamentos.

Para Assaf Neto (2012), a DFC permite que se analise a capacidade financeira da empresa em honrar seus compromissos, perante terceiros e acionistas e a posição

de liquidez e solvência financeira. Deve evidenciar fluxos operacionais, de investimentos e financiamentos.

Os fluxos financeiros operacionais descrevem basicamente as transações registradas na DRE. Os fluxos financeiros de investimentos são determinados por variações no ativo não circulante e destinados à atividade operacional de produção e vendas da empresa (imobilizado), já os fluxos financeiros de financiamentos referem-se basicamente às operações com credores e investidores. Sendo o objetivo da DFC apresentar transações que correspondem a movimentação de recursos financeiros da empresa, obviamente, “aquelas transações que não movimentam dinheiro não devem integrá-la” (RIBEIRO, 2014, p. 93).

A DFC pode ser elaborada tanto pelo método direto como pelo indireto. O direto, para Marion (2010), é obtido a partir da movimentação do caixa e equivalentes e o indireto tem como base o Lucro/Prejuízo do Exercício. Os métodos diferem somente na forma de apresentação dos fluxos de caixa derivados das atividades operacionais, uma vez que as atividades de investimento e financiamento são as mesmas para os dois métodos.

Outra peça contábil a ser apresentada pelas empresas é a Demonstração do Valor Adicionado, que faz parte do Balanço Social da entidade e mostra quanto a organização gerou de riquezas no período e como foi distribuída ou retida.

2.2.4 Software de gestão agrícola

O uso de softwares de gestão agrícola pode ajudar o produtor rural que busca maior controle e segurança de dados.

Com isso é possível garantir um bom fluxo para o negócio, sendo possível analisar as finanças de forma precisa e possibilitando ações conscientes pela gestão e operação.

Segundo Turban, Mclean e Wetherbe (2004) um Sistema de Informação Gerencial (SIG) funcional fornece informações periódicas sobre pontos como eficiência operacional, efetividade e produtividade, extraíndo informações do banco de dados da empresa e processamento de acordo com as necessidades do usuário. Os SIGs também são utilizados para planejamento, monitoramento e controle

Na mesma linha Laudon e Laudon (2010) define sistema de informações gerenciais como uma análise dos sistemas de informação nas empresas e na

administração. Em virtude disso o SIGs também designa uma categoria específica de sistemas de informação que atendam gerentes de nível médio além de proporcionarem relatórios sobre o desempenho corrente da organização, sendo possível monitorar e controlar a empresa, além de prever seu desempenho futuro.

Em concordância com o pensamento dos autores acima Santos Claro afirma que:

Sistemas de Informações Gerenciais (SIG): proporcionam aos gerentes relatórios e consultas sobre o desempenho atual e registros históricos da empresa, de forma a apoiar as atividades de planejamento, controle e tomada de decisão. Fornecem resumos sobre as operações básicas (transações operacionais) da empresa (SANTOS CLARO, 2013, p.68).

A maior parte dos sistemas utiliza etapas simples para o processamento dos dados. O Sistema de Informação Gerencial enfoca em situações mais simples, como gerar relatórios sobre o desempenho atual da organização e produzir informações ao nível tático da empresa fornecendo informações seguras e em tempo hábil para tomada de decisão.

Os sistemas de informações gerenciais resumem e relatam as operações básicas da empresa. Os dados básicos de transações obtidos dos SPTs são comprimidos e comumente apresentados em relatórios produzidos através de uma programação periódica. Atualmente muitos desses relatórios são disponibilizados na internet (LAUDON; LAUDON, 2010).

2.3 MODERNIZAÇÃO NA CONTABILIDADE RURAL

Sabemos que a modernização está sendo constante em todas as atividades, desde atividade rural que podemos identificar uma enorme evolução nos sistemas de produção contando com máquinas e implementos modernos, e também em manejo de animais; quanto na contabilidade em que houve alterações em suas legislações e também em sistemas, que hoje são interligados com diversos softwares para que haja agilidade nos processos.

Para Iudícibus e Marion (2007), a tendência da Contabilidade é rumo a harmonização das normas contábeis internacionais, de acordo com o modelo do IASC (International Accounting Standards Committee), gerando uma unificação das normas

para todos os cenários e por conseguinte facilitando a vida dos usuários das demonstrações contábeis.

Conforme o entendimento de Ludícibus e Marion (2007), a concorrência ocorrida antes em nosso próprio país agora estende-se a todo mundo. Uma grande sociedade empresária brasileira pode ser surpreendida por outra sociedade empresária de qualquer lugar do planeta, como já acontece muito hoje, sendo assim, torna-se necessário possuir formas eficientes de controlar o patrimônio bem como um assessoramento contábil eficaz que consiga ajudar os usuários das demonstrações financeiras na hora da tomada de decisões e ajude na continuidade da organização.

Ao longo do tempo a Contabilidade foi utilizando ferramentas mais modernas, primeiramente com o advento da criação do papiro pelos povos egípcios e, depois com o surgimento dos registros manuscritos, que mais à frente foram substituídos pela datilografia e, atualmente, pela informática (MARION, 2009).

De acordo com Robbinns (2002), as mudanças sempre foram presentes ao longo da história da civilização, mas nunca foram tão intensas e rápidas quanto na atualidade, fazendo com que as organizações sempre estejam acompanhando essas constantes transformações, sob pena de perderem seu lugar no mercado, caso não sigam essas mudanças.

Já Oliveira (2003), fala que a escrituração era feita de forma manual nos livros contábeis diário, razão, caixa e outros, esses métodos deixaram de ser praticados com o avanço das tecnologias, com as chegadas das máquinas oriundas dos Estados Unidos, tendo como base as dificuldades de se manterem as informações atualizadas, devido ao grande volume de informações.

O processo eletrônico ou computadorizado com a evolução tecnológica tornou-se uma das mais vantajosas maneiras de se processar informações geradas pelas empresas, a velocidade do sistema eletrônico diminuiu o tempo para contabilizar os fatos contábeis sendo quase que irrelevante a quantidade de lançamentos (MARION, 2009).

Com essas mudanças a Contabilidade resgatou seu verdadeiro papel, que é fornecer a seus usuários informações. Da mesma forma que essa nova realidade valoriza muito mais o profissional contábil, exige a atualização constante dos profissionais, pois o ritmo das mudanças é veloz e cada vez mais complexo.

2.4 GESTÃO CONTÁBIL RURAL

Afirma (ROSS et al., 1995, p. 6), que “A contabilidade gerencial, como parte integral do processo de gestão, adiciona valor distintivamente pela investigação continua sobre a efetividade da utilização dos recursos pelas organizações”.

Portanto é notável que a contabilidade gerencial tem papel importante na gestão devido as informações e relatórios que podem ser gerados a partir de sua utilização, para ser utilizado como base para orientações e tomadas de decisão e também para planejamentos estratégicos.

Para uma boa gestão de uma propriedade rural é necessário que seja utilizado alguns conceitos, que estão diretamente ligados ao desenvolvimento gerencial.

2.4.1 Sistema de informação

Afirma Padozeve (2010, p. 8), que “Sistema de Informação pode ser definido como um conjunto de recursos humanos, materiais, tecnológicos, e financeiros agregados seguindo uma sequência lógica para o processamento de dados e tradução em informações, permitindo o cumprimento de seus objetivos”.

O sistema de informações é o principal fator para conhecer a situação real da propriedade, pois a partir dele tem as informações da empresa podendo então acompanhar e analisar, tendo como base para as decisões (PADOZEVE, 2010).

Visto que o plano de contas serve como meio para nortear a escrituração contábil, e a todos os sistemas que fornecem informações para alimentar a estrutura contábil do plano de contas da entidade, o sistema contábil deve se adequar a lei 4.320/64, assim as entidades da federação estarão protegidas, diminuindo assim os possíveis erros humanos por conta que toda a escrituração é feita através do sistema contábil.

2.4.2 Planejamento e controle

O sistema de informação gerencial exige planejamento e controle para a produção dos relatórios, para entender plenamente os usuários. É necessário saber o conhecimento contábil de todos os usuários, e construir relatórios com enfoques diferentes para os diferentes níveis de usuários. Dessa forma, será possível efetuar o

controle posterior. Só poderá ser controlado aquilo que é aceito e entendido. Além disso, conforme Oliveira (1990), “se o Sistema de Informação Gerencial (SIG) não for atualizado periodicamente, poderá ficar numa situação de descrédito perante seus usuários”.

De acordo com Kren (1992), a informação contábil pode ser dividida em dois tipos: informação de influência às decisões e apoio ao controle gerencial e informação, que contribuem para a coordenação organizacional, entendida aqui como controle e planejamento, respectivamente. Adicionalmente, Gordon e Muller (1976), Donaldson (1999), Chenhall (2003) relatam que para projetar sistemas de informações contábeis é necessário adotar uma abordagem contingencial, pois, características ambientais específicas podem afetar o tipo e nível de detalhamento da informação necessária para o planejamento e controle organizacional.

2.4.3 Análises estatísticas

Determinados dados contábeis, combinados com dados quantitativos, ficarão mais evidentes se dispostos em gráficos, tabelas, análises de tendência etc. Esse subsistema de análises estatísticas vem respaldar o uso de métodos quantitativos em contabilidade gerencial.

Viegas (2007, p.123-124) classifica a análise estatística em descritiva, de comparação e de associação, segundo ele:

- a) A estatística descritiva, ou inferencial, visa a deduzir informações com base na análise de dados únicos ou considerados como tais, dispostos em escalas.
- b) As estatísticas de comparação procuram interpretar o significado da diferença entre dois ou mais róis da mesma variável; c) Por fim, a estatística de associação busca medir o grau de relacionamento entre as variáveis distintas. Além dessa classificação acima, o procedimento estatístico normalmente é dividido, também, entre estatística paramétrica e estatística não-paramétrica (SMITH, 2003; VIEGAS, 2007).

A estatística paramétrica é aquela em que os dados da população do estudo são conhecidos ou então que possuem distribuição normal. Já na estatística não-paramétrica os dados da população pesquisada não são conhecidos e requer que sejam feitas análises um pouco mais generalizada.

A contabilidade representa a linguagem dos negócios, em um ambiente caracterizado por rápidas mudanças e constantes desafios, ela se propõe a mensurar

resultados e agregar, por meio das demonstrações financeiras, informações que possam ser entendidas e interpretadas pelos usuários (STICKNE; WEIL, 2001).

Para Ludícibus (2009, p. 6), o “modelo decisório é influenciado pela informação disponível ou que, historicamente, tem sido utilizada pelos usuários”, dentre as informações disponíveis, tem-se as constantes nas demonstrações financeiras que tradicionalmente são elaboradas internamente ou por contadores externos.

No que tange aos estudos que abordam a informação contábil em empresas cuja contabilidade é realizada por contadores externos, Marriott e Marriott (2000) examinaram o potencial das pequenas empresas em relação ao consumo de informações contábeis destinadas à gestão, produzidas por contadores externos.

Os autores sinalizaram haver um potencial para a prestação de um serviço de contabilidade de gestão para pequenas empresas, porém, a principal barreira apontada no estudo estava relacionada com o custo da informação. No estudo de Porton e Longaray (2006, p. 89), os autores investigaram “o uso das informações geradas pela contabilidade, mais especificamente por meio dos relatórios e demonstrativos”, no processo de tomada de decisão em empresas estabelecidas em shopping centers. Dentre os resultados obtidos, 85% dos respondentes declaram utilizar informações contábeis em seu processo de tomada de decisão.

O estudo de Stroeher e Freitas (2008, p. 20) objetivou identificar as características das informações contábeis e sua utilização para a tomada de decisão em empresas de pequeno porte. Os autores concluíram “que os empresários vinculam a contabilidade ao excesso de 3 fiscalismo e à arrecadação de impostos” que os contadores, “especialmente aqueles que têm escritórios de contabilidade e prestam serviços para pequenas empresas, especializam-se em aspectos fiscais” e ainda que, em razão do foco da utilidade da informação (fiscal e legal), os clientes de tais escritórios não utilizam tais informações para a tomada de decisão.

Caneca et al. (2009), motivados pelos achados de Miranda et al. (2008), Queiroz (2005), Albuquerque (2004), Lucena (2004) e Oliveira (2001) que relataram que, na maioria das vezes, os gestores baseiam suas decisões na intuição e na experiência, tiveram por objetivo investigar as variáveis que afetam a qualidade dos serviços contábeis prestados por contadores externos, segundo a percepção dos gestores de Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPMEs).

2.5 INSCRIÇÃO NA SECRETARIA DA FAZENDA ESTADUAL

2.5.1 Inscrição estadual para o produtor rural

Conforme a Secretaria da Fazenda do Pará (Sefaz-PA), a inscrição é obrigatória no cadastro do contribuinte, para pessoas físicas ou jurídicas que promovem as operações com relação à circulação de mercadorias ou prestações de serviços ou que estão legalmente obrigadas ao recolhimento de imposto.

Conforme Receita Federal (2016) o produtor deve encaminhar junto à Receita Federal os seguintes documentos para a emissão de inscrição estadual.

a) Ficha Cadastral

b) Cédula de Identidade do titular;

c) CPF do titular;

d) Inscrição do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); contrato de compra e venda ou escrituração do imóvel ou contrato de parceria ou arrendamento, devidamente registrado em cartório;

e) Comprovante do pagamento da taxa de fiscalização e serviços diversos;

f) Cópia de comprovante de endereço do titular. Segundo Instrução Normativa da Receita Federal Brasileira (IN RFB) nº 748/2007, as entidades estabelecidas no Brasil, que incluem pessoas jurídicas, estão obrigadas a inscrever no CNPJ todos os seus estabelecimentos sejam eles no Brasil ou no exterior, antes do início de suas atividades.

Após o recebimento do número de registro, endereço com título de propriedade, será emitida a interdição de produtor do agricultor. De acordo com o Federal Tax Service, você deve ter 16 anos ou mais para obter um bloqueio. Isso porque é um documento fiscal utilizado por uma pessoa física ou jurídica (GIL, 2002).

De acordo com a Instrução Normativa RFB nº 971/2009, o Bloco do Produtor Rural, seja ele pessoa física ou jurídica, diferencia-se por possuir CPF para pessoa física e CNPJ para pessoa jurídica. A mesma propriedade rural que opere em grupo familiar terá apenas um registro, que é o nome do produtor e a inscrição estadual seguida da expressão "outros". Participantes do parcelamento rural devem se registrar como coproprietários e os produtores que vendem parcelas rurais devem iniciar o encerramento das inscrições. No momento do pedido de mudança de registro (SILVA, 2005).

2.5.2 Principais vantagens da inscrição estadual para o produtor rural

Estas vantagens foram avaliadas pelos trabalhadores informais no momento de optar por sua formalização, pois muitas das obrigações exigidas para as empresas tributadas normalmente, tornam-se inviáveis ao serem aplicadas aos Empreendedores Individuais. Contudo “o governo pretendeu com a SEFAZ, possibilitar que estes trabalhadores saiam da informalidade, legalizem seus negócios, favoreçam-se dos benefícios oferecidos, para crescer e se profissionalizar conforme seu crescimento, e ir progredindo até que possam contribuir ainda mais para a economia do país” (MACIEL, 2019, p. 23).

De acordo com a Lei nº 5.889/73, trabalhador rural é toda pessoa física que presta serviços em imóvel rural mediante remuneração, sendo empregador rural, na forma da lei, proprietário ou não, pessoa física ou jurídica quem executa (CREPALDI, 2006)

Foi levantada uma atividade rural e foi necessária a ajuda contratada. 6º De acordo com a Instrução Normativa RFB nº 971/2009, os escritórios de contabilidade que atendem produtores rurais individuais de um empregador devem registrar seus empregados administrativos com o mesmo número de matrícula do imóvel rural e dar-lhes novas matrículas (CALDERELLI, 2003).

De acordo com a Lei 11.718/2008, os produtores rurais individuais podem contratar trabalhadores rurais por curtos períodos por meio de contratos de 1 (um) ano superior a dois meses. Este contrato de trabalho a termo está incluído no guia de pagamento da Caixa de Segurança Social e Garantia de Informação (GFIP). Como agricultor segurado, sua contribuição é de oito por cento (8%) do seu salário. A Lei nº 11.718/2008 também discorre sobre as contribuições dos empregadores locais, sejam eles pessoas físicas ou jurídicas, mostrando as diferenças em suas respectivas contribuições (CALDERELLI, 2003).

3 METODOLOGIA

3.1 TIPO DE PESQUISA

O presente estudo é do tipo teórico empírico, com abordagem quali-quantitativa, levantamento de dados através de formulário com perguntas abertas com produtores rurais que estão cadastrados na Secretaria da Fazenda do Estado do Pará (SEFAZ/PA), no 1º (primeiro) semestre de 2023.

Segundo Gerhardt e Silveira (2009), teórico empírico é o caráter de conhecimento construído ao longo da vivência das pessoas, com base em agrupamento de ideias, tentativas e erros, tendo o senso comum como forte caracterizador.

Teixeira (2012) aborda que a pesquisa quali-quantitativo é aquele tipo de abordagem que usa tanto os métodos quantitativos quanto qualitativos, para a realização de uma análise muito mais aprofundada sobre o tema pesquisado

O levantamento de dados tem como objetivo conhecer os comportamentos e características de indivíduos de maneira geral com grupo de pessoas com número significativo para que se possa ter conclusões dos dados coletados, essas que são feitas através da análise quantitativa (PRODANOV; FREITAS, 2013).

3.2 INSTRUMENTO DE COLETA

Pesquisa realizada entre os períodos de 01 a 15 de fevereiro de 2023. Para que se pudesse fazer a coleta de dados necessários para a pesquisa almejada, foi realizado a aplicação de um formulário estruturado (APÊNDICE A), com 10 (dez) perguntas abertas, o mesmo foi elaborado com base para melhor compreensão/entendimento as pessoas que estão caracterizadas como produtores rurais. As perguntas foram divididas da seguinte forma, as 3 (três) primeiras foram elaboradas em classe sociodemográficas e as 7 (sete) ultimas foram elaboradas de forma objetiva, isto é, com base no que o tema e os objetivos da presente pesquisa visaram.

3.3 ANÁLISE DE DADOS

As tabulações e gráficos foram feitos de forma sucinta, dados retirados pelo quantitativo de resposta de cada entrevistado para cada pergunta elaborada, em seguida foram feitos cálculos, em fim para obtenção da porcentagem.

Segundo Carvalho (2017), formulário estruturado é o nome, geralmente, utilizado para designar uma coleção de questões que são perguntadas e anotadas por um entrevistador, uma situação face-face com o entrevistado.

Após serem colhidos os dados, os formulários foram tabulados separados em porcentagens, sendo dispostos em gráficos e tabelas através do programa Microsoft Excel 2020 e Microsoft Word 2020.

3.4 ANÁLISES DOS RISCOS E BENEFÍCIOS

A Resolução 466/12, homologada pelo Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde, afirma que toda pesquisa com seres humanos envolve riscos os quais devem ser previstos e descritos no protocolo de pesquisa a ser avaliado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CNS, 2013).

Dessa forma, com base na referência citada, a pesquisa apresenta riscos mínimos para a população do estudo, tais como constrangimento, temor e receio diante das perguntas direcionadas.

A implementação da pesquisa trouxe como benefício a possibilidade de conhecer o contexto que envolve os produtores rurais inscritos na Secretaria da Fazenda do Estado do Pará, a fim de proporcionar embasamento científico a outros estudos, contribuindo para o Agronegócio.

3.5 ASPECTOS ÉTICOS

Em relação aos aspectos éticos da pesquisa, ressalta-se aqui que a mesma utilizou e respeitou a lei dos direitos autorais, onde todos os autores utilizados para a produção deste trabalho foram devidamente referenciados na lista de referências

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após apresentar a fundamentação teórica para o tema deste trabalho, a análise dos resultados é baseada em informações coletadas por meio de formulário aplicados na amostra.

A pesquisa foi aplicada a 10 (dez) produtores rurais que estão cadastrados no sistema da Secretária da Fazenda do Estado do Pará (SEFAZ/PA). A Tabela 1 destaca os resultados dos dados sociodemográficos, e os gráficos os demais resultados.

Tabela 1 – Perfil sociodemográficos dos entrevistados.

Variáveis	n = 10	%
Sexo		
Feminino	4	0,4
Masculino	6	0,6
Idade		
Até 20	-	-
21 à 30	2	0,2
31 à 40	3	0,3
41 à 50	3	0,3
Acima de 51	1	0,1
Escolaridade		
Ensino Fundamental (completo)	4	0,4
Ensino Médio (cursado)	-	-
Ensino Médio (completo)	2	0,2
Ensino Superior (cursado)	-	-
Ensino Superior (completo)	3	0,3
Ensino Técnico (completo)	1	0,1

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Em relação ao sexo os resultados demonstram que do total de 10 (dez) entrevistados, 4 (quatro) eram femininos e 6 (seis) eram masculinos. Percebesse neste estudo que a maioria dos produtores entrevistados são homens que atuam como produtores rurais.

A idade é o primeiro item existencial na identificação dos entrevistados. Identificou-se através desta pesquisa que boa parte dos produtores rurais que se formalizaram, encontram-se na faixa etária impasse entre 31 à 40 (trinta e um à quarenta) aos e 41 à 50 (quarenta e um à cinquenta) anos, como demonstra na tabela 1 acima.

Denota-se com este resultado que o levantamento feito pelo IBGE no ano de 2018 sobre a economia formal rural, exposto no relatório do SEBRAE (2019), evidenciava que a concentração da faixa etária dos trabalhadores formais no Brasil

estava entre as faixas de 25 à 39 (vinte e cinco à trinta e nove) anos e de 40 à 59 (quarenta à cinquenta e nove) anos, representando assim o total de 0,4% (zero virgula quatro por cento) da amostra.

Percebeu-se que o mercado formal rural é ocupado principalmente pelos trabalhadores com idade mais avançada, no qual, com o SEFAZ, estão conseguindo sair da informalidade e trabalhar em seu próprio negócio de forma totalmente legalizada.

Com relação ao nível de escolaridade apresentado pelos trabalhadores formalizados nesta pesquisa, observa-se que 0,4% (zero virgula quatro por cento) do total de trabalhadores pesquisados possuem o ensino fundamental completo sendo este o nível de escolaridade que predomina entre a maior parte dos produtores rurais formalizados e analisados nesta pesquisa.

Percebe-se que 0,4% (zero virgula quatro por cento) da amostra se formaram em alguma atividade através do ensino superior ou técnico, mantendo também 0,2% (zero virgula dois por cento) aos que somente concluíram o médio.

Conforme levantamento do IBGE em 2018 sobre a economia formal rural, o nível de instrução dos trabalhadores formais está igualitário do apurado neste estudo, representando as pessoas que possuem no máximo até o ensino técnico completo.

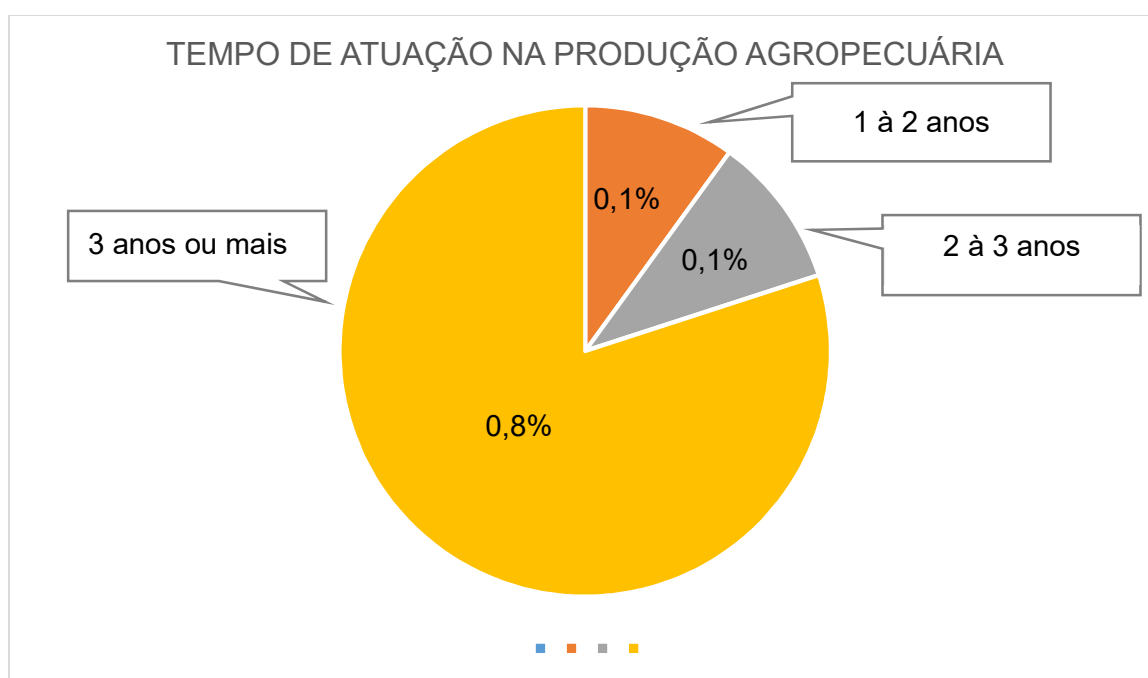


Gráfico 1 – Resultados Percentuais obtidos por entrevista: Quanto tempo atua na produção agropecuária? Fonte: Dados da Pesquisa (2023)

O gráfico 1, 0,8% (zero virgula oito por cento), relatam que trabalham na produção agropecuária em um período de 3 anos ou mais. Por fim, pareado em resultado de 0,1% (zero virgula um por cento) os que atuam entre 1 à 2 anos e 2 à 3 anos) na produção rural.

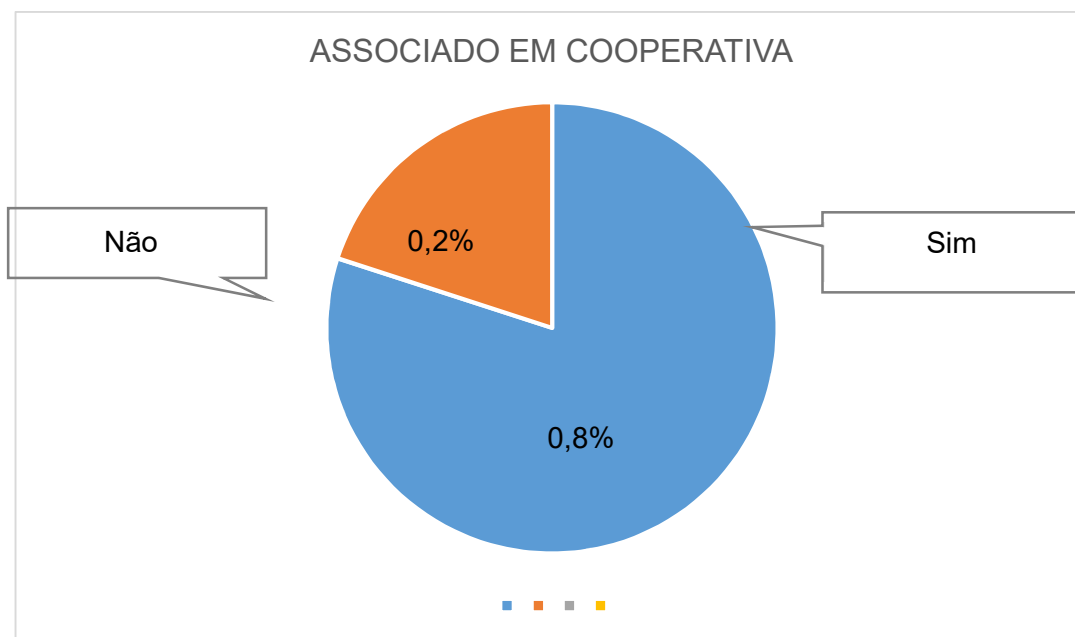


Gráfico 2 – Resultados Percentuais obtidos por entrevista: É associado em alguma cooperativa?
Fonte: Dados da Pesquisa (2023)

Percebe-se pelo gráfico 2, 0,8% (zero virgula oito por cento) dos entrevistados estão sim, associados em alguma cooperativa e apenas 0,2% (zero virgula dois por cento) ainda não estão e nem planejam se associarem há nenhuma cooperativa.

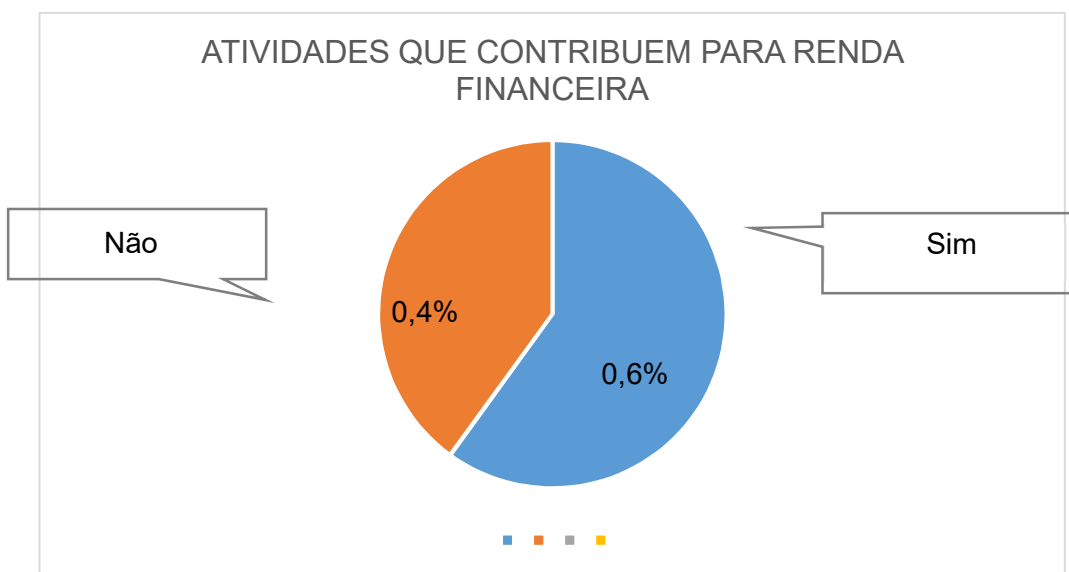


Gráfico 3 – Resultados Percentuais obtidos por entrevista: Sua renda financeira é obtida somente no setor agropecuário? Fonte: Dados da Pesquisa (2023)

Percebe-se pelo gráfico 3, 0,6% (zero virgula cinco por cento), dos produtores rurais dependem somente do setor agropecuário, pois é o início de renda familiar da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento, isso se torna uma opção de renda própria.

Somente 0,4% (zero virgula quatro por cento) dos produtores rurais não dependem do setor agropecuário, pois, possuem outras alternativas de lucro.

Outro ponto a se destacar é a forma de atendimento aos trabalhadores formalizados através na SEFAZ, sendo este critério analisado no gráfico 4 abaixo:

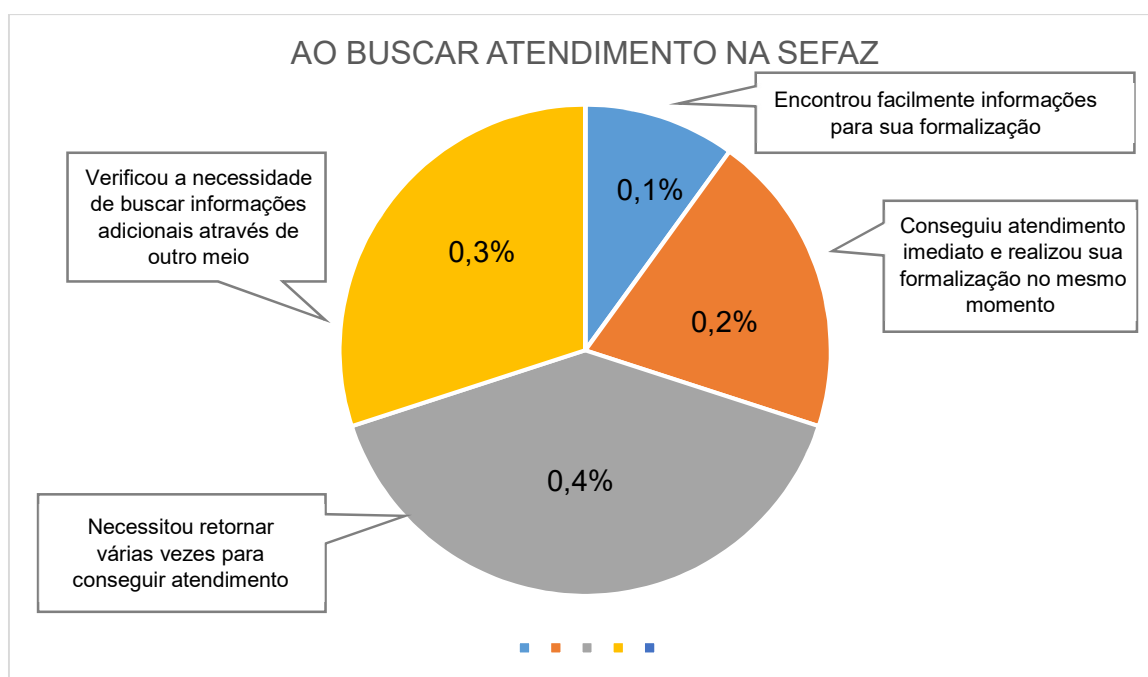


Gráfico 4 – Resultados Percentuais obtidos por entrevista: Ao buscar atendimento na SEFAZ. Fonte: Dados da Pesquisa (2023)

Denota-se que com 04% (zero virgula quatro por cento) dos trabalhadores rurais estão tendo problemas na hora da sua formalização, pois necessitaram retornar várias vezes para conseguir atendimento, pois tiveram dificuldades, tendo necessidade de procurar outros profissionais ou entidades para obter informações mais claras e seguras.

Assim, percebe-se através do gráfico 4, 0,3% (zero virgula três por cento), relataram que precisaram verificar a necessidade de buscar informações adicionais através de outro meio sendo possível que todo o processo de legalização, esclarecimentos e informações ocorra por outros métodos.

E com 0,2% (zero virgula dois por cento), conseguiram atendimento imediato e realizou sua formalização no mesmo momento os profissionais responsáveis por repassar as informações de forma clara e objetiva aos trabalhadores, que buscam informações para sua formalização, estão atendendo às expectativas destes trabalhadores, demonstrando-se capacitados para estes auxílios.

Somente 0,1% (zero vírgula um por cento) dos trabalhadores que buscaram informações para legalizarem suas atividades, relataram que encontraram facilmente informações para sua formalização

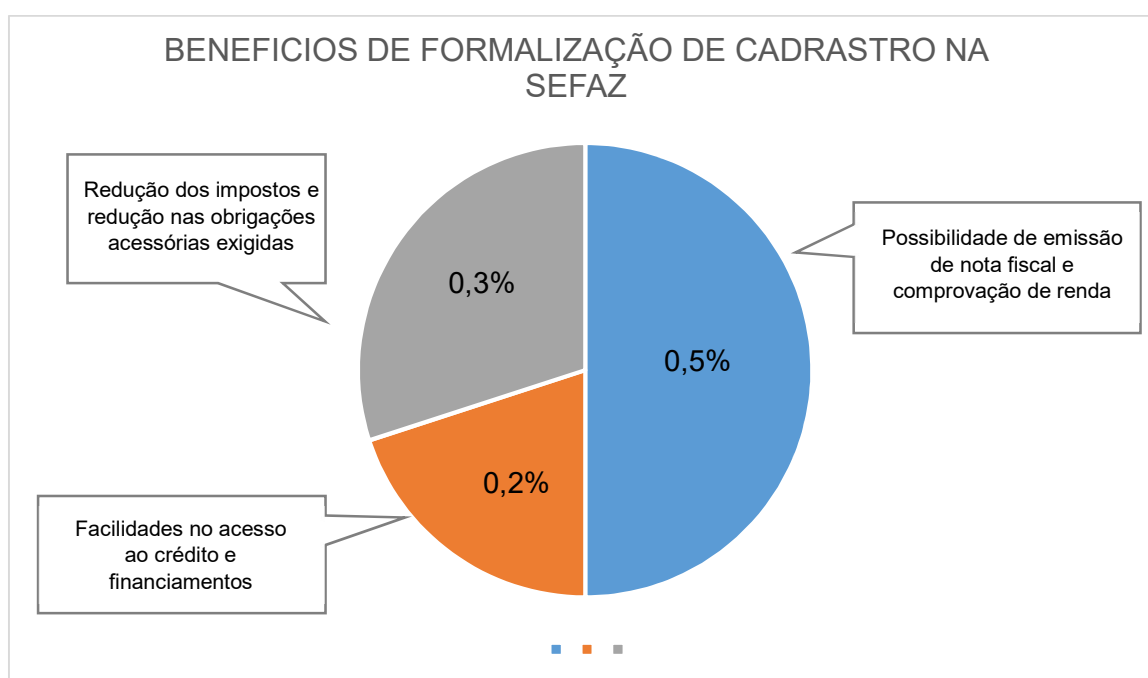


Gráfico 5 – Resultados Percentuais obtidos por entrevista: Qual dos benefícios abaixo foi à principal motivação para a formalização de cadastro na SEFAZ? Fonte: Dados da Pesquisa (2023)

O gráfico 5, com 0,5% (zero virgula cinco por cento) a principal motivação para buscar a regularização foi a possibilidade de emissão de nota fiscal e comprovação de renda. Preocupados com o futuro, os trabalhadores sabem que atuando na informalidade não possuem nenhuma cobertura previdenciária, visto que, através da formalização alcançarão benefícios como aposentadoria, licença maternidade, seguro acidente, entre outros. A maioria das pessoas físicas não pedem documento fiscal, isto justifica este baixo percentual já que os entrevistados não têm necessidade de emitir nota fiscal seguidamente e nem comprovar renda.

Com 0,3% (zero virgula três por cento) ficou a redução de impostos e obrigações acessórias, tendo o valor do imposto da SEFAZ um valor fixo mensal fica

mais fácil ao empreendedor controlar seus custos, até mesmo porque o valor recolhido é pequeno, o que torna mais acessível seu pagamento. Verificou-se que muitos optavam pela informalidade, pois os custos com abertura, impostos e escritório de contabilidade pesavam muito no orçamento da empresa, o que dificultava com o tempo a sobrevivência da mesma. As obrigações acessórias também estão dispensadas, o que permite na SEFAZ não precisar apresentar aos órgãos competentes documentação ou inúmeras declarações exigidas nas demais modalidades de empresas.

Com 0,2% (zero virgula dois por cento) aparece as facilidades no acesso ao crédito e financiamentos. Este primeiro item embora de muita relevância não foi tão lembrado.

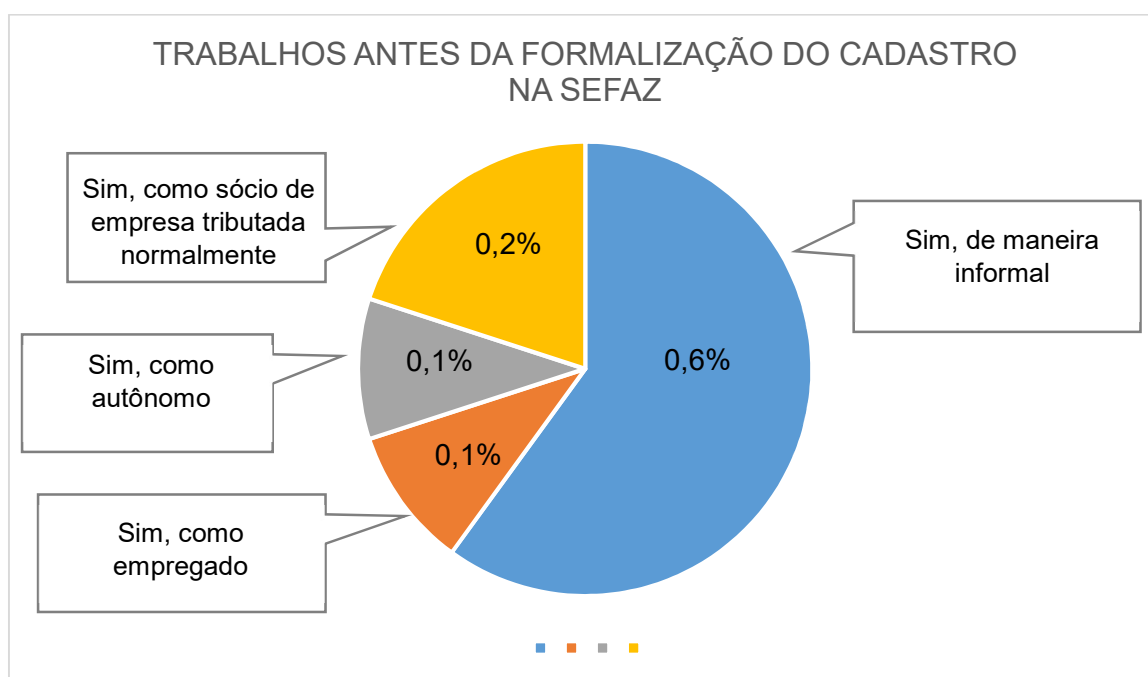


Gráfico 6 – Resultados Percentuais obtidos por entrevista: Você já trabalhava nesta atividade anteriormente à formalização do cadastro na SEFAZ? Fonte: Dados da Pesquisa (2023)

Ao questionar os produtores se já trabalhavam no meio antes de sua formalização, obteve-se as seguintes respostas, conforme o gráfico 6.

Analisa-se que a maior parte dos produtores rurais já trabalhava, com 0,6% (zero virgula seis por cento) já trabalhavam de maneira informal. Observa-se que pode haver uma distorção entre estes dois dados, pois notou-se que muitos respondiam de maneira autônoma de forma insegura, talvez por receio da palavra informalidade ou por não saber o conceito correto de profissional autônomo.

Com 0,2% (zero virgula dois por cento) estão os produtores que eram/são sócio de empresa tributada normalmente.

E 0,1% (zero virgula um por cento) estão os trabalhadores que já atuavam na área, porém como empregados e autônomo. Por intermédio desta pergunta afirma-se que o setor da informalidade vem diminuindo cada vez mais, sendo a SEFAZ tem respondido positivamente ao seu objetivo primordial ao ser criado pelo governo, que é reduzir a informalidade.

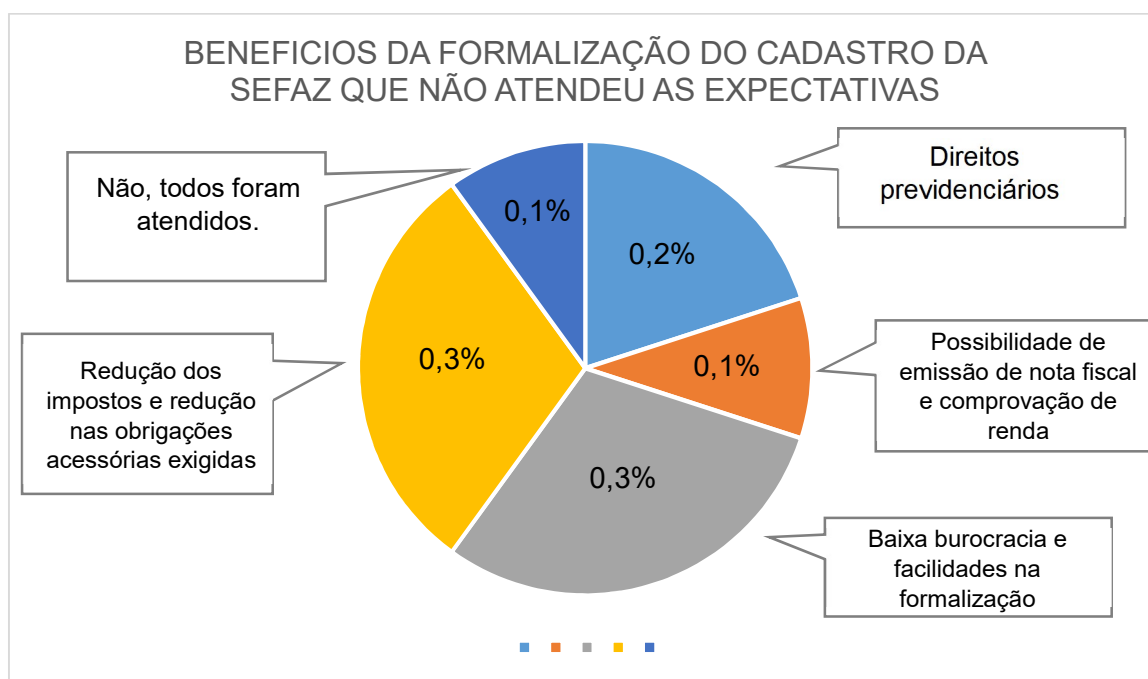


Gráfico 7 – Resultados Percentuais obtidos por entrevista: Após conhecer os benefícios garantidos em lei, algum não atendeu as suas expectativas? Fonte: Dados da Pesquisa (2023)

Dos benefícios garantidos em lei ao trabalhador rural, ao serem questionados sobre as expectativas com relação aos benefícios oferecidos, 03% (zero virgula três por cento) responderam em relação a redução dos impostos e redução nas obrigações acessórias exigidas e a baixa burocracia e facilidades na formalização, o que demonstra que os mesmos encontram-se satisfeitos com a formalização, gráfico 7.

CONCLUSÃO

O presente trabalho, observou e analisou respostas do formulário aplicados adquirindo conhecimentos e aprendizados que poderão ser aplicados no seu dia-a-dia no escritório onde trabalha, podendo assim, repassar informações precisas e de qualidade aos trabalhadores que venham a procurar orientação.

Com a realização deste estudo, pôde-se perceber que o governo instituiu a SEFAZ para ajudar aqueles trabalhadores que atuavam na informalidade e não conseguiam avistar uma maneira de legalizar seus negócios, devido a complexidade, o controle, além da carga tributária exigida para as empresas tributadas normalmente.

Percebeu-se que através de um grande empenho do governo e das entidades de classe, que buscaram divulgar os benefícios trazidos pela LC no. 128/2008, que estas informações chegaram a estes trabalhadores que aos poucos estão buscando maneiras de formalizar seus negócios, atingindo um número cada vez maior de trabalhadores formalizados.

Constatados os benefícios que motivaram os produtores rurais a formalizarem seus negócios, pode-se compreender que muitos trabalhadores viram a oportunidade nesta lei de legalizar suas atividades de maneira simplificada e assim, ter acesso a benefícios, que serão importantes para seus negócios, e assim, buscarem através da SEFAZ trabalhar de forma digna e exercer sua cidadania perante a sociedade.

Através do contato com alguns trabalhadores que pediram orientação para se formalizar através da SEFAZ, percebeu-se que muitos destes possuem dificuldades para compreender os procedimentos que deverão ser adotados após a sua formalização, como: a necessidade de realizar um controle das despesas e receitas, procedimentos que deverão ser adotados no caso de contratação de um funcionário, data de recolhimento do imposto e entrega de declaração, entre outros, que mesmo sendo proporcionado a estes trabalhadores de forma simplificada, acarretam dúvidas, devido a falta de contato com estes procedimentos anteriormente.

Ressalta-se que muitas das dificuldades encontradas podem estar relacionadas com o grau de instrução dos trabalhadores formalizados. Como demonstrado neste estudo, 0,4% (zero vírgula quatro por cento) da amostra possui apenas o ensino fundamental.

Contudo, outro ponto relevante a ser ressaltado é que muitos destes trabalhadores buscam a formalização através da SEFAZ, como forma de adquirir

alguns dos benefícios oferecidos nesta legislação como: a possibilidade de emissão de nota fiscal e a comprovação de renda, os direitos previdenciários, baixa burocracia e facilidades na formalização, a redução dos impostos e redução nas obrigações acessórias exigidas. No entanto, isto aponta dificuldades futuras, uma vez que estes trabalhadores individuais que estão abrindo uma empresa, que necessita de cuidados, que gera obrigações e direitos, e que não pode ser negligenciada. Assim, observar o cumprimento das obrigações existentes mesmo com a empresa inativa ou quando necessário realizar todo processo de baixa desta junto aos órgãos municipais, estaduais e federais, torna-se dever do empreendedor individual.

Diante do exposto neste trabalho, percebe-se que são muitos os desafios para formalizar os trabalhadores que atuam durante tanto tempo na informalidade, porém, agindo de forma conscientizada, a SEFAZ é uma ótima oportunidade para que estes trabalhadores se profissionalizem e progridam nas suas atividades, gerando assim, o aquecimento da economia no Brasil e principalmente resgatando o sentimento de cidadania destes profissionais.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. (Coord.) **Os Impasses Sociais da Sucessão Hereditária na Agricultura Familiar**. Florianópolis: Epagri; Brasília: Nead/MDA, 2001. 120 p.

ALBUQUERQUE, A. F. Gestão estratégica das informações internas na pequena empresa: estudo comparativo de casos em empresas do setor de serviços (hoteleiro) da região de Brotas-SP. São Carlos, 2004. **Dissertação** (Mestrado em Engenharia da Produção) - Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo. 2004.

ALVES, M. C. G.; USSMAN, A. M. O valor da informação contabilística na óptica do produtor e do utilizador da informação – estudo empírico. **Contabilidade e Gestão**. n. 2, p. 123-142, 2006.

BRASIL. **Lei 10406, de 10 janeiro de 2002**. Institui o Código Civil.

BRASIL. **Lei Complementar nº 128 de 2008**, 19 de dezembro de 2008. Altera a Lei Complementar nº123, de 14 de dezembro de 2006, altera as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, 8.029, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências.

BRASIL. **Lei Complementar nº 123 de 2006**, 14 de dezembro de 2006. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis no 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, da Lei no 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar no 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis no 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999.

BRUNI, A. L. **PASW aplicado à pesquisa acadêmica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

BUSSAB, W. O.; MORETTIN, P. A. Estatística básica. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

CACCIAMALI, Maria Cristina. A Economia Informal 20 Anos Depois. Revista Indicadores Econômicos FEE, Vol. 21, nº 4, 1994. CACCIAMALI, Maria Cristina. Globalização e processo de informalidade. **Revista Economia e Sociedade**. V9. Jun/2000.

CALDERELLI, A. **Enciclopédia contábil e comercial brasileira**. 28 ed. São Paulo: CETEC, 2003.

CANECA, R. L.; MIRANDA, L. C.; RODRIGUES, R. N.; LIBONATI, J. J.; FREIRE, D. R. Influência da oferta de contabilidade gerencial na percepção da qualidade dos

serviços contábeis prestados aos gestores de micro, pequenas e médias empresas. **Pensar Contábil**. v. 11, n. 43, p. 1-11, 2009.

CREPALDI, S.A. **Contabilidade Rural: Uma Abordagem Decisória**. 4° Ed. revista, atualizada e ampliada. São Paulo: Atlas, 2006.

CHENHALL, R. H. Management control systems design within its organizational context: findings from contingency-based research and directions for the future. **Accounting, Organizations and Society**. v. 28, i. 2-3, p. 137-168, feb./april. 2003.

CROZATTI, J. Planejamento estratégico e controladoria: um modelo para potencializar a contribuição das áreas da organização. **Contexto**. Porto Alegre, v. 5, n. 1, p. 123-147, 2003.

DONALDSON, L. Teoria da contingência estrutural. In: CLEGG, S. R., HARDY, C. e NORD, W. R. **Handbook de estudos organizacionais**. São Paulo: Atlas, 1999.

EWUSI-MENSAH, K., The External Organizational Environment and its Impact on Management Information Systems. **Accounting, Organizations and Society**, v. 6, n. 4, 1981.

FÁVERO, L. P.; BELFIORE, P.; SILVA, F. L.; CHAN, B. L.; **Análise de Dados – Modelagem Multivariada para Tomada de Decisões**, Elsevier - Campus, Rio de Janeiro, 2009.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA (FIESC). **Desempenho e perspectiva da indústria catarinense**. 2010.

FEIJÓ C.P.; SILVA, D.B.N.; SOUZA, A.C. Quão heterogêneo é o setor informal brasileiro? Uma proposta de classificação de atividades baseada na Ecinf. **Revista de economia contemporânea**, Rio de Janeiro, V.13, n. 2, p. 329-354, maio/ago. 2009.

GERDIN, J. Management accounting system design in manufacturing departments: an empirical investigation using a multiple contingencies approach. **Accounting, Organizations and Society**. v. 30, p. 99-126, 2005.

GIL, Antônio Carlos. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. **4.ed. São Paulo: Atlas, 2002**.

GORDON, L. A.; MILLER, D. A contingency framework for the design of accounting information systems. **Accounting, Organizations and Society**. v. 1, p. 59–69, 1976.

GOULART, A. **Perfil e Características do Microempreendedor Individual Clientes de Uma Agência Bancária do Município de Criciúma-SC**. Universidade do Extremo Sul Catarinense-UNESC. Criciúma, 2013.

HALDMA, T.; LÄÄTS, K. Contingencies influencing the management accounting practices of Estonian manufacturing companies. *Management Accounting Research*, v 13, p. 379- 400, 2002. HALL, M. Accounting information and managerial work. **Accounting, Organizations and Society**. v. 35, p. 301-315, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Demografia das Empresas**, 2009.

KREN, L. Budgetary participation and managerial performance: the impact of information and environmental volatility. **The accounting review**. v. 67, n. 3, p. 511-526, jul. 1992.

LUCENA, W. G. L. Uma contribuição ao estudo das informações contábeis geradas pelas micro e pequenas empresas localizadas na cidade de Toritama no agreste pernambucano. João Pessoa, 2004. **Dissertação** (Mestrado em Ciências Contábeis) - Programa Multi-institucional e Inter-regional de Pós-graduação em Ciências Contábeis da UNB/ UFPE/ UFPB/UFRN. 2004.

MARION, José Carlos. Contabilidade Rural: Contabilidade Agrícola, Contabilidade da Pecuária. 14, ed. Atlas, 2014, p.2,3,214.

MARRIOTT, N.; MARRIOTT, P. Professional accountants and the development of a management accounting service for the small firm: barriers and possibilities. **Management Accounting Research**. v.11, p. 475–492, 2000.

MERCHANT, K. A. O modelo do sistema de orçamento corporativo: influências no comportamento e no desempenho gerencial. **RCO – Revista de Contabilidade e Organizações**. FEARP/USP, v. 1, n. 1, p. 104 - 121 set./dez. 2007.

MIRANDA, L. C., FREIRE, D. R., SERBIM, U. W., CANECA, R. L., DINIS, T. L. L., SIQUEIRA, R. M. Assessing the willingness to pay for management accounting advice to small firms In: **ICSB World Conference, Halifax**. 2008. Anais.... Halifax - Canada: ICSB, 2008.

MORESI, E. **Metodologia da Pesquisa**. Universidade Católica de Brasília-UCB Brasília-DF, 2003.

OLIVEIRA, A. M. Informações contábeis-financeiras para empreendedores de empresas de pequeno porte. São Paulo, 2001. **Dissertação** (Mestrado em

Controladoria e Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. 2001.

OTLEY, D. T. Budget Use and Managerial Performance. **Journal of Accounting Research**, v. 16, n. 1, p.122-149, 1978.

PEJUÇARA. **Dados Gerais**. Disponível em: < <http://www.pejucara.rs.gov.br>>. Acesso em: 10 jul.2015. PORTAL DO EMPREENDEDOR. Microempreendedor Individual.

PEREIRA, R.P.; SÁ, P. M.; JORGE, S. M. **A informação produzida pelos sistemas de contabilidade de custos nos hospitais públicos portugueses: características e lacunas**. CONGRESSO AECA 2010.

PNUD - PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Atlas do desenvolvimento humano no brasil**. Rio de Janeiro, PNUD.

PORTON, R. A. B.; LONGARAY, A. A. Relevância do uso das informações contábeis nos processos decisórios. **Revista ANGRAD**. v. 7, n. 4, Out./Nov./Dez. 2006.

QUEIROZ, L. M. N. Investigação do uso da informação contábil na gestão das micros e pequenas empresas da Região do Seridó Potiguar. Natal, 2005. **Dissertação** (Mestrado em Ciências Contábeis) - Programa Multi-institucional e Interregional de Pós-graduação em Ciências Contábeis da UNB/ UFPE/ UFPB/ UFRN. 2005.

QUINTANS, L.C.P. **Direito Empresarial: MEI-Microempreendedor Individual, EIRELI e Empresário Individual**. Novembro, 2013.

SANTOS, G.E.D. **Cálculo amostral**: calculadora on-line.

SEBRAE. **Microempreendedor Individual**. SEBRAE. Governo comemora 5 milhões de MEI em cerimônia no Palácio do Planalto. Disponível em: < <http://www.agenciasebrae.com.br/sites/asn/uf/NA/Governo-comemora-5-milh%C3%B5es-de-MEIs-em-cerim%C3%B4nia-no-Pal%C3%A1cio-do-Planalto>>.

SILVA, J.A. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 24 ed. São Paulo: Malheiros, 2005.

SOUZA, D.M. **Os Principais Benefícios Proporcionados ao Trabalhador Informal para formalização através do Microempreendedor Individual**-Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2010.

STICKNEY, C. P.; WEIL, R.L. **Contabilidade Financeira**. São Paulo: Atlas, 2001.

STROEHER, A. M.; FREITAS, H. O uso das informações contábeis na tomada de decisão em pequenas empresas. **Revista de Administração Eletrônica**, São Paulo, v.1, n.1, art.7, jan./jun. 2008

SUA PESQUISA. **Consequências da Alta Inflação**. Disponível em: [://www.suapesquisa.com/economia/consequencias_inflacao.htm](http://www.suapesquisa.com/economia/consequencias_inflacao.htm)>.

VEEKEN, H. J. M. Van Der. WOUTERS, M. J .F. Using accounting information systems by operations managers in a project company. **Management Accounting Research**. v. 13, n. 3, p. 345-370, Sep. 2002, Pages 345-370.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 2a. ed. São Paulo, Atlas, 1998.

VESSONI, F. **Correlação Canônica**. 1998.

Apêndice – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE ITAITUBA – LTDA
FACULDADE DE ITAITUBA – FAI
CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado (a) para participar como voluntário (a) da pesquisa intitulada _____, proposta pela Faculdade de Itaituba. Para decidir se você deve concordar ou não em participar desta pesquisa, leia atentamente os itens a seguir, os quais irão informá-lo e esclarecê-lo sobre os procedimentos, riscos e benefícios da pesquisa.

- 1 - Objetivo da pesquisa
- 2 – Justificativa da pesquisa
- 3 - Descrição dos procedimentos realizados
- 4 - Descrição dos desconfortos e riscos da pesquisa

Informar que o nome do participante não será usado, nem os seus documentos.

- 5 - Despesas, compensações e indenizações
- 6 - Direito de confidencialidade
- 7 - Identificação do (a) voluntário (a) da pesquisa:

Nome: _____ Endereço: _____
Nº: _____ CEP: _____ - _____ Cidade: _____
Estado: _____ Telefone: () _____

Responsável Legal: _____ Endereço: _____
Nº: _____ CEP: _____ - _____ Cidade: _____
Estado: _____ Telefone: () _____

Essa pesquisa será enviada para apreciação do Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade do Estado do Pará, Campus XII – Santarém. Av. Plácido de Castro, nº 1399. Aparecida. Santarém-PA. CEP 68040-090.

Eu fui informado verbalmente e por escrito sobre os dados dessa pesquisa e minhas dúvidas com relação a minha participação foram satisfatoriamente respondidas.

Concordo voluntariamente em participar desta pesquisa. Em caso de desistência posso retirar o meu consentimento a qualquer momento, durante a realização da mesma, sem penalidades, prejuízos ou perda de qualquer benefício que eu possa ter adquirido.

Assino o presente documento em duas vias de igual teor e forma, ficando uma em minha posse.

Local, _____ de _____ de _____

Voluntário
Telefone:
E-mail

Pesquisador Responsável
Telefone:
Email:

Anexo – Questionário



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE ITAITUBA – LTDA
FACULDADE DE ITAITUBA – FAI
CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

QUESTIONÁRIO DE ENTREVISTA

Público Alvo: Aos Produtores Rurais que já estão cadastrados na Secretaria da Fazenda

1. Sexo

- ☐ Feminino
- ☐ Masculino

2. Qual a faixa etária você se enquadra?

- ☐ Até 20 anos
- ☐ De 21 à 30 anos
- ☐ De 31 à 40 anos
- ☐ De 41 à 50 anos
- ☐ Acima de 51 anos

3. Qual seu grau de escolaridade?

- ☐ Ensino Fundamental
- ☐ Ensino Médio (cursando)
- ☐ Ensino Médio (completo)
- ☐ Ensino Superior (cursando)
- ☐ Ensino Superior (completo)
- ☐ Curso Técnico

4. Quanto tempo atua na produção agrícola?

- ☐ menos 1 ano
- ☐ 1 a 2 anos
- ☐ 2 a 3 anos
- ☐ 3 anos ou mais

5. É associado em alguma Cooperativa?

- ☐ Sim ☐ Não

6. Sua renda financeira é obtida somente do setor agrícola?

- ☐ Sim ☐ Não

7. Ao buscar atendimento para o cadastrado na SEFAZ, você:

- ☐ Encontrou facilmente informações para sua formalização

- ☐ Conseguiu atendimento imediato e realizou sua formalização no mesmo momento
- ☐ Necessitou retornar várias vezes para conseguir atendimento
- ☐ Verificou a necessidade de buscar informações adicionais através de outro meio
- ☐ Não conseguiu atendimento necessitando buscar outro posto cadastrado para se formalizar

8. Qual dos benefícios abaixo foi à principal motivação para a formalização de cadastro na SEFAZ?

- ☐ Direitos previdenciários
- ☐ Possibilidade de emissão de nota fiscal e comprovação de renda
- ☐ Facilidades no acesso ao crédito e financiamentos
- ☐ Baixa burocracia e facilidades na formalização
- ☐ Redução dos impostos e redução nas obrigações acessórias exigidas

9. Você já trabalhava nesta atividade anteriormente à formalização do cadastro na SEFAZ?

- ☐ Sim, de maneira informal
- ☐ Sim, como empregado
- ☐ Sim, como autônomo
- ☐ Sim, como sócio de empresa tributada normalmente
- ☐ Não

10. Após conhecer os benefícios garantidos em lei, algum não atendeu as suas expectativas?

- ☐ Direitos previdenciários
- ☐ Possibilidade de emissão de nota fiscal e comprovação de renda
- ☐ Facilidades no acesso ao crédito e financiamentos
- ☐ Baixa burocracia e facilidades na formalização
- ☐ Redução dos impostos e redução nas obrigações acessórias exigidas
- ☐ Não, todos foram atendidos